



**ACÓRDÃO Nº345/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11711/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francisco Assis Santos Soares (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8159/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Francisco Assis Santos Soares**, responsável pela Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH, exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas ‘b’ da LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alíneas ‘b’ da Resolução TCE nº 04/2002, em razão dos vícios identificados e utilizados como pressupostos para aplicação da multa do item 10.2;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Assis Santos Soares** no valor de **R\$ 14.000,00** (quatroze mil reais), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso VI da Lei Orgânica, em razão de graves infrações às normas legais e regulamentares, pelas impropriedades 01 a 07 da Notificação nº 128/2019-DICAÍ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº345/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Assis Santos Soares** no valor de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Embasamento legal conforme o art. 54, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica em razão da sonegação de documentos solicitados por esta Corte.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Dar ciência ao Sr. Francisco Assis Santos Soares** acerca do julgado.

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Março de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora-Geral, em substituição